

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CATARINENSE E A FORMAÇÃO DO LITORAL AÇORIANO

Marcos Juvencio de Moraes
Mestrando em História (PUCRS)
E-mail: juvenciomoraes@hotmail.com

RESUMO: Esse artigo discutirá a identidade do estado de Santa Catarina e a sua relação com o litoral açoriano. Serão abordadas questões sobre a formação do mosaico cultural catarinense; dinamização da cultura através do incentivo ao turismo; diversidade cultural; e relações étnicas dentro de um mesmo espaço territorial. Para entender o processo de construção desse litoral açoriano será preciso analisar assuntos como a formação da identidade de Santa Catarina pelo IHGSC, as relações étnicas e de poder no estado, e a formação do litoral como pertencente à cultura açoriana. Sobre a estrutura do texto decidimos não seguir uma linha do tempo histórico. Dessa forma, nos propomos a primeiro escrever sobre a época atual da cultura de Santa Catarina. Em seguida, vamos apresentar uma narrativa analítica para nos aproximar do passado histórico e, dessa forma, entender a formação da cultura catarinense com base em elementos ideológicos, culturais, políticos e econômicos. Por fim, vamos destacar a proposta da segunda parte do título do artigo, a formação do litoral açoriano.

Palavras Chave: Identidade Catarinense, Mosaico Cultural, Litoral Açoriano.

ABSTRACT: This article will discuss Santa Catarina's state identity and its relation with Azorean coast. Questions about the catarinense's cultural mosaic formation will be brought up; the cultural dynamism through touristic incentive; cultural diversity; and ethnic relations on the same territorial space. To understand the construction process of this Azorean coast it will be necessary to analyze subjects like Santa Catarina's identity formation by IHGSC, the ethnic and power relations in the state, and the coast formation as belonging to Azorean culture. Concerning the text's structure, it has been decided not to follow a historical timeline. Therefore, the intention is to write first about the present period of Santa Catarina's culture. Afterwards, an analytical narrative will be introduced to near the historical past and understand the catarinense culture's formation, based on ideological, cultural, political and economic aspects. In conclusion, we shall emphasize the proposal of the second part of the article's title, the Azorean cost formation.

Keywords: Catarinense Identity, Cultural Mosaic, Azorean Coast.

SANTA CATARINA: UM MOSAICO CULTURAL

Santa Catarina é um espaço geográfico dividido através de políticas discursivas regionalizadoras. Isto é, um território composto por diversas regiões, e habitadas por culturas diferentes que foram construídas através da história. O estudo de Garcia Júnior revela que o discurso regionalista surgiu no Brasil na metade do século XIX, com o intuito de construir a unidade nacional, isto é, dar uma única característica à nação, ou melhor, formular uma

imagem, um estereótipo do Brasil como nação (GARCIA JÚNIOR, 2002:13).

Em Santa Catarina o processo de construção de uma imagem para o estado se delineou a partir do século XX, com as produções da revista científica do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Durante o período em que estas produções circularam pelas academias do estado foram exaltadas culturas distintas em momentos históricos diferentes, objetivando, para Santa Catarina, a construção de uma imagem focada sobre uma só etnia. Durante anos foram produzidos trabalhos afirmando os açorianos como os verdadeiros representantes do estado. Em outros momentos, os alemães se caracterizavam como os legítimos representantes do povo catarinense. Dessa forma, buscava-se sucessivamente a etnia que viria a representar Santa Catarina frente à nação brasileira. Porém, esses discursos foram superados por um multiculturalismo comercial (HALL, 2003:50) e pelas diversidades regionais. A cultura passou a ser o diferenciador dos povos ressaltando as diferentes identidades do Estado (GARCIA JUNIOR, 2002:103).

Diante da discussão sobre diversidade cultural, surgiu a pergunta “O que é ser catarinense?”. Garcia Júnior explica que,

O discurso da diversidade aceita todas as diferenças identitárias, sob a condição de todas concordarem em agir tendo por base essas diferenças de identidades, preservando-as como indicadores sólidos de separação social. Para ser catarinense, entre outras atitudes, era necessário abraçar uma das identidades, identificar-se com uma das regiões que, naquele momento, eram colocadas à disposição pelo discurso do planejamento cultural. O ato de abraçá-las passou a ser uma das manifestações, denominadas por alguns autores de “catarinensismo” (GARCIA JUNIOR, 2002:104).

O importante é notar que não se deixou de lado o interesse de formar a identidade de Santa Catarina, e sim, se passou a afirmar o estado como heterogêneo, diferenciado, dando um novo sentido a construção da identidade catarinense. Surgiu o discurso do “catarinensismo”, ou seja, a afirmação da invenção de todas as tradições e conseqüentemente da construção da história das etnias presentes no território de Santa Catarina. Isso colaborou, desde a década de 90, para formação da identidade de mosaico cultural que está presente até os dias atuais no estado.

O aspecto da distinção cultural de Santa Catarina passou a ter um caráter complementar, isto é, as diferentes regiões perderam suas autonomias. Elas passaram a se complementar no cenário estadual. O discurso utilizado neste momento foi o de harmonia entre as culturas. Não foi relatado o antagonismo entre elas, nem o interesse de cada uma. Isso fez parecer que as diferentes etnias se completavam de forma organizada, harmônica e equilibradamente,

criando a nova imagem do estado de Santa Catarina.

Portanto, podemos salientar que o mosaico cultural catarinense só pôde se legitimar com a afirmação de todas as etnias do estado. Ou seja, cada etnia existente dentro de Santa Catarina deveria ter o papel de divulgação de suas tradições, costumes, religiosidade, etc. Isso as tornava conhecidas no contexto estadual e nacional.

Segundo Maria Bernadete Ramos Flores, a tarefa destas etnias se tornou possível à medida que foram inventadas as festas étnicas patrocinadas pelos governos e instaladas em determinadas cidades. “É a festa do Pinhão, em Lages; a *Oktoberfest*, em Blumenau; a Fenarreco, em Brusque; e várias outras que divulgam no mercado nacional, e internacional, a imagem de um Estado com seu produto específico – as festas Étnicas” (FLORES in SEVERINO, 1999:11).

Em outra afirmação da mesma autora percebemos que a busca pela identidade do Estado, de manter uma hegemonia e uma homogeneidade da população, foi trocada pela peculiaridade das diferenças étnicas: “O que antes constituía um problema para os governos e para os intelectuais, que se debatiam para enquadrar a dispersão – as várias etnias que povoavam o Estado – hoje constitui sua peculiaridade no cenário nacional” (FLORES in SEVERINO, 1999:11).

A imagem de Santa Catarina deixou de ser homogênea e passou à heterogênea, tornando-se um atrativo turístico, um verdadeiro mosaico cultural. “A década de 1990 tem demonstrado que não há espaço para uma única inclinação comportamental; as pessoas dividem-se em inúmeros grupos, tribos. A atualidade é marcada pelo pluralismo e pela complexidade social” (FLORES, 1997:113), sendo que os indivíduos possuem escolhas e essas dependem de vários matizes de sua vida cotidiana. Ou seja, em cada momento da história há uma necessidade de construção de uma nova imagem de acordo com as transformações dos meios políticos, econômicos e sociais.

Devido à construção da imagem de Santa Catarina como detentora da diversidade cultural, surgiram novas práticas e planos governamentais na dinamização da economia estadual. O turismo que desde as décadas de 1970 e 1980 vinha sendo incentivado através do turismo de compras, que visava explorar as potencialidades estaduais fora da alta temporada, movimentava as indústrias do Vale do Itajaí e o chamado “turismo quatro estações”, que visava explorar as potencialidades turísticas do estado fora da alta temporada. Na década de 1990, passou a ser uma prática indispensável no cotidiano estadual (FLORES, 1997:109 e 111). Com a criação das festas de outubro, realizadas em diversas cidades do Estado, essa atividade tornou-se fundamental para a movimentação e arrecadação de capital. Isso fez com

que o turismo ganhasse uma rápida aceitação pela alta absorção de mão-de-obra, e passasse a ser uma fonte estável para a economia estadual. Dessa forma, a partir da pluralidade cultural, ficam claros os benefícios dessa atividade para os cofres públicos e para os capitalistas.

A imagem da diversidade propiciou um significativo aumento da arrecadação de capital para o estado tornando a cada momento mais forte o incentivo ao novo turismo “cultural”. As regiões étnicas se adequaram à imagem da diversidade cultural, e criaram festas comemorativas das culturas locais. Isso, para Maria Bernadete Ramos Flores, “procurava oferecer uma metodologia de atuação que, prioritariamente, possibilitasse a expansão do nível de emprego, o aumento da renda interna do Estado, a ampliação dos fluxos turísticos internos e sua promoção perante a opinião pública nacional”. Concomitantemente, seria necessária a parceria público-privada (FLORES, 1997:115).

Nesta perspectiva, ainda podemos pensar que o incentivo cultural às etnias favoreceu tradições que buscavam legitimar um grupo em oposição a outros, tanto política quanto culturalmente. Contudo, ao mesmo tempo, essa política de estado não reprimiu o culto dos costumes típicos, o que beneficiou todos os grupos. Dessa forma, os planos culturais de Santa Catarina passaram a englobar os turismos de “compras”, “do mar”, “das quatro estações” e o “cultural”, divulgando para a nação todas as qualidades encontradas no estado, sendo elas naturais, culturais e sociais.

A IDENTIDADE CATARINENSE NA HISTÓRIA DO ESTADO

Após fazer essas reflexões sobre o mosaico cultural catarinense, a partir de agora voltaremos alguns anos em nossa história para compreender como se delineou a formação desse mosaico na busca de uma identidade para Santa Catarina. Portanto, partimos do pressuposto de que este estado, desde o princípio da sua colonização, tratou de abrigar diversas etnias em seu território, alimentando as relações interétnicas e construindo uma acirrada luta entre elas pelo poder do Estado. Por isso, trataremos de perceber a história dessas relações interétnicas e a busca pela afirmação das diferentes culturas.

As primeiras manifestações de construção da identidade estadual se deram pela criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, no final do século XIX, no governo de Hercílio Luz. O Instituto seguia um padrão estabelecido pela instituição e, naquele momento, tinha como objetivo recolher o máximo de dados possíveis sobre a história do estado e enviar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, para que assim fosse construída a história da nação. O Instituto Brasileiro recolhia de todas as províncias os dados

e documentos que contavam a história do Brasil. Dessa forma, em uma perspectiva em que se valorizavam os grandes feitos e fatos históricos de personagens exaltados pela historiografia tradicional, construía-se, assim, a história oficial dos Estados e da nação brasileira.

Porém, dentro do IHGSC havia uma discussão sobre os diferentes grupos étnicos. E, nesse momento, resolveu-se dar uma maior visibilidade aos luso-brasileiros, ressaltando a ligação Brasil-Portugal. Cabe lembrar que esta fase da instituição estava sob as ordens do grupo político Ramos, e por isso havia uma maior visibilidade aos lusos. A discussão acerca das relações políticas do IHGSC é muito mais ampla do que meras produções de textos, e sim, composta por interesses de grupos políticos e étnicos distintos, que por toda a Primeira Republica disputaram o governo de Santa Catarina (MORAES, 2009:26). Ficamos, então, cientes das peculiaridades do tema, porém, vamos tratar basicamente dos rumos culturais das produções do Instituto. O discurso da revista científica produzida pelo IHGSC em sua primeira fase, nos anos de 1902 a 1920, girava em torno da criação de um imaginário catarinense luso-brasileiro:

Ao olharmos o conjunto dos textos publicados, percebe-se que de certa forma, estes remontam a um passado distante, ausência de artigos que versem sobre os descendentes de africanos, de alemães e de italianos. As paginas da Revista são ocupadas majoritariamente com luso-brasileiros ou com fatos dos quais estes tiveram participação (SERPA, 1996:66).

Nesta primeira fase da revista os discursos buscavam formar uma identidade luso-brasileira esquecendo-se das outras etnias e dando apenas visibilidade aos homens do litoral catarinense. Pretendia-se, com isso, legitimar a cultura luso-brasileira como a principal no estado, enfraquecendo a ideia de diversidade. Na segunda fase do instituto, 1943-1944, quando, por coincidência ou não, era Nereu Ramos o governador do Estado, as produções reafirmaram a construção da identidade luso-brasileira enfocando o estudo nos açorianos. É por consequência dessas produções do IHGSC, que em 1948, em Florianópolis, foi realizado o Primeiro Congresso de História Catarinense em comemoração ao segundo centenário da colonização açoriana. O caráter do encontro foi de cunho étnico e cultural, e tinha como objetivo afirmar frente aos outros estados do Brasil, a brasilidade de Santa Catarina. Neste evento, buscou-se retratar a cultura açoriana como a “verdadeira” cultura do estado, relegando a ascendência da cultura alemã para um segundo plano (FLORES, 1991:140-141).

É perceptível que os intelectuais que discursavam no congresso, legitimando os açorianos como cultura predominante, eram homens intimamente ligados ao IHGSC. Oswaldo Rodrigues Cabral, escritor e deputado, na época, pela União Democrática Nacional, em seu

discurso, tratou como heróis os açorianos vieram que para Santa Catarina. Henrique da Silva Fontes, professor de Direito em Florianópolis, dizia que foram os açorianos que trouxeram o progresso para o estado. O discurso dos intelectuais buscava “resgatar” a açorianidade catarinense naquele contexto cultural, enfatizando a língua portuguesa como principal laço de ligação dos brasileiros com os açorianos.

Foram elaboradas estratégias de socialização da cultura para todas as partes da população, como veremos no próximo item. Foi criada, no congresso, uma comissão catarinense de folclore para divulgação e organização da cultura no estado. As festas do bicentenário da colonização açoriana tiveram um caráter memorialista, com o acréscimo de grandes discursos de celebridades políticas e religiosas, afirmando a cultura açoriana. Para Mona Ozouf, as festas comemorativas celebradas anualmente fazem com que a memória seja lembrada frequentemente, para que as pessoas vivam nas comemorações festivas, parte do que já foi vivido no passado (apud FLORES, 1991:145). O que se almejava foi reconstruir o passado esquecido trazendo para o presente uma série de mitos folclóricos que talvez nunca tenham existido no Brasil, apenas em terras açorianas. Pretendeu-se criar um imaginário em comum para todos os habitantes de Santa Catarina, para que esses se identificassem com uma só origem, e que de preferência não fosse alemã.

A exaltação dos aspectos culturais da cultura açoriana tinha como objetivo maquiagem o fracasso econômico do litoral. O medo dos açorianos estava na ascensão econômica dos alemães do vale do Itajaí. Vale citar mais uma vez Moraes (2009), quando expõe que o grupo político dos Ramos, defensor da açorianidade e do nacionalismo, perdia espaço para o grupo dos alemães do Partido Republicano. Dessa forma, exaltavam a parte cultural para suprir a econômica que era deficitária.

No contexto em que a economia mundial estava em crise, o vale do Itajaí se destacou no cenário econômico brasileiro. Devido à crise econômica de 1929, a unificação do mercado nacional, em 1937, e a explosão da segunda guerra mundial, a economia brasileira precisava de uma aceleração industrial, e a conseqüente urbanização, para manter a sustentação das estruturas econômicas e a substituição de importação. A política econômica dos anos 30 propiciou o acúmulo do capital industrial quebrando as barreiras alfandegárias interestaduais. Em 1937, houve uma descentralização do pólo urbano industrial do Rio de Janeiro e São Paulo em direção ao sul do país. Como conseqüência, houve expansão do sistema de transportes, o que facilitou a circulação de mercadorias no território nacional. A substituição das importações pelos produtos nacionais abriu espaço para as áreas periféricas do Brasil se adequar às demandas do centro urbano industrial nacional:

A expansão do sistema capitalista no Brasil, tendo por base a “região” comandada por São Paulo, engendra uma divisão de trabalho nacional, em que as demais “regiões”, à medida em que são efetivamente incorporadas ao mercado nacional, passam a gravitar sob a dinâmica de funcionamento do centro do sistema, como exportadoras de alimentos, matéria-prima, de capitais e, em alguns casos, de mão-de-obra (SILVA, 1978:78).

A integração da região sul do Brasil ao mercado nacional se deu em grande medida pelos minérios extraídos nas cidades do sul do estado, e também pela produção têxtil da parte norte de Santa Catarina. Para Etienne Silva, a contribuição de Blumenau na produção de produtos manufaturados tornou-se importante para suprir e estreitar os laços com o centro do mercado nacional. Nesta fase da economia nacional o processo de substituição de importações propiciou a Blumenau capital suficiente para a construção de um parque industrial. Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, já exportava produtos para Argentina, EUA, África, Líbano e Uruguai (SILVA, 1978:90). É importante notar que a construção das rodovias facilitou muito o comércio de Blumenau com São Paulo, o que não aconteceu com a capital do Estado de Santa Catarina, que devido às barreiras geográficas e a não adequação dos meios produtivos de acordo com a exigência do mercado, tornou-se centro de políticas administrativas e de maior organização comercial. A partir de então os discursos apontavam para o atraso do litoral em relação ao Vale, caracterizando o povo litorâneo como fatalistas, simples, carregados de crenças, supersticiosos, conformados e satisfeitos. Dessa forma, os “alemães” tornaram-se referência de progresso e de unidade cultural, enquanto os açorianos do litoral estavam à margem desse processo.

A terceira fase do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina remete-nos a novos olhares sobre a discussão da identidade do Estado. No trabalho produzido por Élio Serpa, podemos ver nesta fase o surgimento de um número significativo de escritos sobre outras etnias e outras regiões, como o Sul e o Oeste. Esta fase abrange o período de 1979 em diante, e a estrutura da instituição ainda estava alicerçada em trabalhos realizados por um corpo de intelectuais ligados ao poder político do estado. Esses sustentavam, na década de 1980, o projeto de identidade de Esperidião Amin, que governou o Estado entre 1982 e 1986 (SERPA, 1996:68).

O IHGSC sempre teve a função de escrever a história oficial do Estado. Seus discursos sempre foram pautados por interesses políticos que davam a cada momento da história um enfoque diferente para a identidade de Santa Catarina. Isso não foi diferente na década de 1980, mais precisamente a partir de 1982. Entre os diversos trabalhos que se produziram nesta

fase da revista do instituto, é notável a presença de um texto escrito pelo então governador Amim. O texto afirmava haver em Santa Catarina uma infinidade de diferenças culturais e étnicas, porém, descrevia o caboclo do Oeste do Estado como verdadeiro homem catarinense. O discurso do governador incentivou a produção de obras sobre o Contestado, a realização de eventos culturais, seminários, palestras, vídeos, uma série de produções que dariam visibilidade aos “pequenos”, maneira como Amin intitulava os homens que lutaram no Oeste Catarinense.

O projeto de identidade Catarinense e a opção pelos homens do Contestado, para Marli Auras, era um passo que o governador Amin dava para se redimir dos “pecados” cometido no passado. Amim fazia parte das oligarquias catarinenses que atendia aos grandes grupos econômicos e ao conservadorismo político que algumas décadas antes esmagaram o sonho e as vidas dos “pequenos” do Contestado (apud FROTSCHER, 1998:27). Assim, torna-se visível o jogo de interesses de o governo passar de vilão à herói, mascarando o passado através da exaltação dos “pequenos”.

Devido aos interesses dominantes, somados a uma inusitada catástrofe do ambiente natural, o foco da formação da identidade catarinense foi substituído. Em 1983/84, ocorreram na região do Vale do Itajaí enchentes que devastaram as cidades e fez com que os olhares do governador se voltassem para essas localidades. Blumenau estava destruída e sua população desolada. Amim, diante da situação, se dispôs a apoiar a reconstrução da cidade, tanto no plano econômico estadual como também federal, projetando-se assim no cenário nacional. A identidade dos sertanejos “guerrilheiros” foi substituída pela germanidade do povo de Blumenau.

O governador começou suas investidas em busca de verbas para a reconstrução do Vale do Itajaí, usando as estatísticas econômicas das indústrias de Blumenau, recolhidas antes das enchentes, para mostrar o espírito de trabalho, honestidade e produção dos alemães de Santa Catarina. A preocupação de Amim era dar ao estado um caráter único, uma identidade em que todos os catarinenses se identificassem, e Blumenau, com sua reconstrução, daria ao povo o *status* de trabalhadores. A identidade luso-brasileira estava, neste momento, no esquecimento. O jagunço que havia sido enaltecido em um primeiro momento, pelo projeto de identidade catarinense do governo Amim, foi praticamente esquecido. Em seu lugar assumiu o povo descendente de alemães que, frente à nação brasileira, viria a ter mais prestígio. Para Méri Frotscher, Blumenau começou a servir de vitrine para o resto das cidades do estado. O mito criado pelo governo catarinense de um povo forte, honesto e trabalhador foi aos poucos sendo incorporado pela população. A imagem de Santa Catarina para o resto da nação foi passada

como um lugar de união entre os habitantes, sendo o povo decente e germânico (FROTSCHER, 1998:33-36).

No plano político Santa Catarina disputava verbas federais com outras regiões do país. O Nordeste, que sofria com a seca, era o contraponto do Sul que sofria com as enchentes. Os discursos parlamentares giraram em torno do merecimento das verbas pelos catarinenses, pois diziam que os nordestinos eram fatalistas, deixando-se entregar pelas dificuldades. O governo Amim afirmava que enquanto no sul se lutava pela reconstrução do estado, no norte o povo vivia de ajuda e não do seu próprio esforço. Os debates políticos se acirravam entre os discursos de “alemão trabalhador” e “caboclo indolente”. O deputado Aldo Pereira de Andrade, do Partido Democrático Social, afirmava que era no sul onde se geravam os recursos para salvar as vidas do nordeste, legitimando o sul como a “vaca leiteira” do país (FROTSCHER, 1998:44).

A mídia também se mostrava presente e influente nas discussões da reconstrução de Blumenau. Foram usadas imagens, cartazes, fotos, propagandas televisivas, reportagem em jornais, para socializar com a nação os trabalhos que estavam sendo realizados nas cidades prejudicadas pelas enchentes. A imprensa catarinense mostrou o povo como transformador da sua realidade, transpondo as dificuldades impostas pela força da natureza. Já no nordeste, se retratava a miséria, a fome, as mortes causadas pelas secas, colocando o povo como algo secundário, submisso perante a situação miserável da localidade.

Como vimos, na trajetória histórica das discussões em torno da identidade catarinense os discursos sempre foram de legitimação dos luso-brasileiros ou dos teuto-brasileiros, prevalecendo, durante a história do Estado, os interesses das elites governamentais e/ou intelectuais.

CONSTRUÇÃO ÉTNICA DO LITORAL: A FORMAÇÃO DO AÇORIANISMO

A expressão “cultura açoriana” tem como objetivo designar tudo que se refere à identidade, tradições, memória oral, escrita, herança cultural, estilo de vida, festas e manifestações folclóricas das populações litorâneas de Santa Catarina. A representação do litoral do estado foi construída sob o estereótipo do açoriano-descendente, do “legítimo” representantes das origens do passado (LACERDA, 2003:84). Para que essa expressão pudesse se tornar realidade, e possuir os significados atribuídos a ela, foi percorrido um longo caminho, desde as questões já apresentadas no texto acima, até as que vamos pautar das linhas seguintes.

Nos primeiros momentos da construção e organização das cidades do Brasil, houve a necessidade, ou mesmo uma imposição, da limpeza sanitária, de uma modernização do

ambiente urbano e, conseqüentemente, da modificação da vida e dos costumes dos povos. Havia em Florianópolis, por parte das elites, uma coação da organização do meio urbano seguindo a padronização burguesa capitalista.

Hermetes Araújo afirma que “o grande número de habitantes que constituíam os segmentos pobres da população e que não se ajustavam facilmente às normas que a burguesia local pretendia impor ao espaço urbano da cidade” era considerado uma ameaça latente aos ideais de progresso e modernidade (1989:12-13). As elites que habitavam Florianópolis, no fim do período imperial e início da Primeira República, formularam uma série de discursos e valores que forçavam, de cima para baixo, um enquadramento e um estilo a ser seguido pela população da cidade. Nesse momento, o maior número da população era de descendentes de açorianos e tinham como modo de sobrevivência a pesca e a agricultura. Como eles eram predominantemente pobres, gerou-se, a partir dessa matriz, uma série de representações que os associavam à indolência, ao atraso, à incapacidade, à doença e etc. (ARAÚJO, 1989:14).

Os discursos que expressavam uma negatividade da população litorânea perduraram por anos no cenário catarinense. Nos anos 1920, estes descendentes de açorianos foram caracterizados como atrasados, como “praianos indolentes”, como os fanáticos que cultuavam lendas da sua localidade. Em momentos em que havia atritos étnicos entre açorianos e alemães, foi reforçada a idéia de que Florianópolis abrigava um povo humilde, pobre, se colocada em comparação com as regiões industrializadas do vale do Itajaí. Esse estereótipo criado sobre os açorianos do litoral servia para que os representantes das colônias alemãs construíssem seus discursos contra seus rivais. Os embates entre essas duas etnias formavam uma forte relação de poder político-cultural, na briga pela legitimação da identidade de Santa Catarina.

Os açorianos foram acusados de fatalistas até a nacionalização dos anos 1930, época de grande repressão às colônias alemãs, e outras populações de origem estrangeira, que foram caracterizadas como perigosas para a formação do Brasil como nação. Com os planos de nacionalização do presidente Getúlio Vargas, os açorianos passaram a ser caracterizados como os “verdadeiros” representantes do Brasil pelo fato de serem descendentes diretos dos primeiros povos que vieram para o Brasil, assim como também para Santa Catarina. Como reflexo dessa linha cultural, vimos a realização, em Florianópolis, do I Congresso Catarinense de História. Nesse Congresso, se buscava entender os motivos que rebaixavam os açorianos frente aos alemães, assim como formular uma “nova cultura açoriana”, isto é, dar maior visibilidade aos costumes para os seus descendentes. Neste momento, houve a necessidade da “invenção de tradições” para legitimar a cultura açoriana frente à população e também à imagem de Santa Catarina.

Depois, nas décadas de 1970 e 1980, o estado passou por um momento histórico diferente. Neste período, formulou-se um calendário turístico que representou Santa Catarina como um mosaico cultural. O incentivo ao turismo propiciou a todas as etnias visibilidade no cenário estadual, e a partir de então, criou-se uma série de festas que abordavam culturas diferentes. A criação do mosaico cultural catarinense propiciou nos anos 1990, a separação do estado por regiões étnicas, o que deu sustentabilidade para a formação do litoral açoriano.

Segundo Eugenio Lacerda, antes dos anos 90 não havia em Florianópolis, e muito menos no resto do litoral de Santa Catarina, a identificação do povo enquanto descendentes de açorianos. O conhecimento de tal cultura, e tal identificação, se restringia apenas a meios acadêmicos e intelectuais e não a meios populares (LACERDA, 2003:88).

A partir deste ponto, em uma análise das bibliografias, identificamos três pontos principais que levaram à construção do litoral açoriano. O primeiro deles foi a realização do Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, no qual se tratou de desmistificar a imagem negativa do açoriano e mostrá-lo como um verdadeiro “homem de tradição”:

Durante o congresso, aqueles que pensavam em fracasso resultaram numa certa decepção, porque mudaram o ângulo de observação. Então agora tinha que se buscar o que é que tem de positivo, que respostas vamos encontrar, vamos resgatar nossas origens, abrir os arquivos (Francisco apud LACERDA, 2003:89).

Thiago Saião complementa esta ideia com a seguinte observação:

A imagem maculada (de um sujeito “indolente” e avesso ao trabalho) que os açorianos carregaram nas primeiras décadas do século XX foi retocada em 1948 e colorida com as idéias desse intelectual [referindo-se a Oswaldo Cabral]. O alegado fracasso econômico da colonização luso-açoriana foi então compensado pelo heroísmo luso-brasileiro na “defesa” do litoral de Santa Catarina e, principalmente, pelo legado cultural deixado no Brasil para os catarinenses (SAYÃO, 2004:54).

Além de mostrar o objetivo do congresso de desmistificar a figura do açoriano como fatalista, entre outros adjetivos negativos, essa citação nos remete às discussões feitas anteriormente, quando falamos do atraso econômico do litoral em comparação a ascendente industrialização alemã. Mas, além de tudo, entendemos que a partir do momento em que os intelectuais e militantes açorianistas se organizaram e se propuseram a discutir os traços e as características da cultura açoriana, conseguiram transformar a imagem negativa em positiva, transpondo a primeira barreira para transformar o litoral de Santa Catarina, e o seu povo, em verdadeiros açorianos.

O segundo ponto, nesta direção, foi dado pela Academia Catarinense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Comissão Catarinense de Folclore, e pelas Universidades dos Açores e a Federal de Santa Catarina, que tiveram o papel de produzir e discutir toda uma remodelação da cultura açoriana:

Podemos dizer que no período entre as décadas de 50 e 70, assistimos à consolidação de uma produção literária, historiográfica e folclórica sobre a açorianidade, uma produção rica em descrições de costumes e cronologias. (...). Dos anos 70 até 1992, essa literatura de base historiográfica será reavivada, discutida e ratificada nas chamadas Semanas Açorianas, organizadas bilateralmente pela Universidade dos Açores e Universidade Federal de Santa Catarina (LACERDA, 2003:92).

Percebemos que dos encaminhamentos tirados no referido congresso se traçou uma linha de produção de obras que exaltavam a cultura açoriana, dando sustentabilidade para discussões posteriores que foram realizadas em conjunto pelas universidades citadas. Assim, a cultura açoriana pôde criar sua base teórica, e bastavam apenas ações práticas para que as ideias virassem realidade.

Neste âmbito, surge o terceiro ponto a ser frisado para a construção do litoral como pertencente à cultura açoriana. As políticas de identificação, isto é, socialização das produções acadêmicas para a população, desde a classe mais alta até a mais baixa. Isto só foi possível graças às parcerias entre setores universitários articulados com agentes educacionais municipais. Foram realizados mapeamentos das origens açorianas no litoral do estado, viagens para as mais diversas cidades litorâneas, produzidos materiais didáticos sobre os Açores, assim como vídeos, cursos, oficinas, palestras históricas, geográficas, genealógicas e culturais. Também se formaram grupos folclóricos, associações, festas, sendo a mais conhecida a chamada AÇOR (festa da cultura açoriana de Santa Catarina). Enfim, foi criada a “consciência das raízes”. E uma das ações mais importantes, foi a elaboração de uma lista de todos os sobrenomes açorianos e divulgada para a população do litoral. A respeito desta lista, Lacerda traz o depoimento de um dos criadores do projeto de socialização da cultura açoriana, o professor Humberto:

(...) quando as pessoas meteram o olho em cima das relações das famílias que vieram dos Açores era todo mundo querendo saber se o seu sobrenome estava ali relacionado. Então essa busca das raízes, ela é fundamental para manter a cultura viva, até porque para explicar os próprios erros, a própria maneira de ser das pessoas. E essa busca de raízes, essa busca do seu sobrenome – eu sou Souza, quero ver da onde vim, eu vim dos Açores! Pode até não ter vindo, pode até ser um português que entrou pelo Nordeste, mas

para ele ao saber do fato de o sul do Brasil ter sido ocupado pelos açorianos e o Souza que veio dos Açores, também ser um Souza que ele possui, ele acha que é descendente de, e isso foi talvez a grande virtude do trabalho que nós fizemos, foi exatamente conectar, conectar o imaginário das pessoas com a sua origem no sentido étnico, com a sua origem nominal. Isso talvez tenha sido a conexão mais importante que se conseguiu fazer. Porque as pessoas sentiram, não teoricamente apenas a questão, mas se sentiram num elo genético. (Humberto apud LACERDA, 2003:97).

Foi construído um imaginário litorâneo-açoriano, e isto em apenas uma década se tornou realidade em Santa Catarina. A identificação das pessoas com a cultura açoriana fez parte de um processo de criação e positivação de uma identidade umbilicalmente vinculada ao litoral do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território de Santa Catarina, desde o início de seu povoamento, abrigou uma série de povos vindos de lugares, países e cidades distintos. Todos tiveram de se adaptar uns aos outros, convivendo lado a lado num mesmo espaço geográfico. Isso propiciou um choque cultural que podemos ver nas páginas deste trabalho, de onde cada etnia buscou um lugar e um reconhecimento nas políticas do estado. Vimos que a diversidade foi reprimida nos primeiros anos da busca da “verdadeira” identidade do estado e que esta mesma diversidade, posteriormente, tratou de dar a Santa Catarina uma visibilidade nacional e internacional, o chamado mosaico cultural catarinense. Esta visibilidade só foi possível em função das novas práticas econômicas e das mais diversas práticas do turismo. E que ao fim, Santa Catarina se tornou heterogênea, separada por regiões étnicas, que foram construídas pela historiografia das instituições do Estado, tais como o HIGSC, ACL, CCF. Dessa forma, entendemos que a construção desse litoral, na sua relação étnica com os açorianos, é uma formulação recente de apenas duas décadas. Realmente, a história e a historiografia dão novos rumos para a vida da população, pois graças a elas a vida do povo catarinense, e suas imagens e identificações, se tornaram um pilar nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas de Santa Catarina.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo: PUC, 1989.
- COELHO, Silvio Santos. *Nova História de Santa Catarina*. 5ª Edição. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Oktoberfest: Turismo, festa e na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Teatros da Vida, Cenários da História: A farra do boi e outras festas na ilha de Santa Catarina*. São Paulo: PUC, 1991. 341p.
- FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e Trabalho Alemão: Outros usos e outros produtos do labor humano*. Florianópolis-SC: Abril, 1998.
- GARCIA JUNIOR, Edgar. *Práticas Regionalizadoras e o Mosaico Cultural Catarinense*. Florianópolis: UFSC, 2002.
- HALL, Stuart. A questão multicultural. In: *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 49-94.
- LACERDA, Eugênio Pascele. *O Atlântico Açoriano: Uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Florianópolis-SC: UFSC, 2003.
- MORAES, Marcos Juvêncio. *No Teatro do Poder: o Governo Nereu Ramos e a nacionalização como instrumento político em Santa Catarina*. Criciúma:UNESC, 2009. (Monografia).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976. 118p.
- SAYÃO, Thiago Juliano. *Nas Veredas do Folclore: Leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina 1948-1975*. Florianópolis, 2004.
- SERPA, Élio Cantalício. *A Identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, 1996.
- SEVERINO, José Roberto. *Itajaí e a Identidade Açoriana: A maquiagem possível*. Itajaí: UNIVALI, 1999.
- SILVA, Etienne Luiz. *O desenvolvimento Periférico e a Rede Urbana de Santa Catarina*. Porto Alegre: UFRGS, 1978.